

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

A Administração da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia

A Brasnorte é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2007, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Mato Grosso, proveniente do Leilão ANEEL nº 004/2007.

A Brasnorte é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho Financeiro - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	33.087	36.794
EBITDA	15.277	16.899
Margem EBITDA	46,17%	45,93%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	25.205	40.469
Resultado financeiro	1.125	2.769
Imposto de renda e contribuição social	(11.223)	(26.854)
Depreciação	170	515
EBITDA	15.277	16.899

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da Brasnorte e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Sistema de Gestão Integrado

A Brasnorte, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo valor de R\$52 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “BNT”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

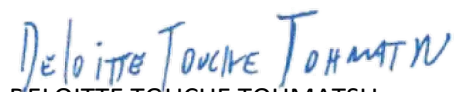
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

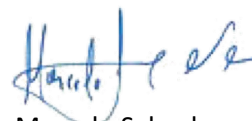
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.661	8.672
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	4.554	6.156
Ativo de contrato de concessão	6	29.719	28.492
Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.771	2.181
Outras contas a receber e outros ativos		945	499
Total dos ativos circulantes		45.650	46.000
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos judiciais		396	1.357
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	583	430
Direito de uso		79	243
Ativo de contrato de concessão	6	279.220	278.500
Imobilizado		58	32
Outras contas a receber		134	169
Total dos ativos não circulantes		280.470	280.731
Total dos ativos		326.120	326.731
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		1.484	1.175
Passivo de arrendamento		62	231
Taxas regulamentares		583	439
Impostos e contribuições sociais correntes	8	525	562
Dividendos a pagar	10	20.070	19.110
Outras contas a pagar	7	1.525	1.523
Total dos passivos circulantes		24.249	23.040
<i>Passivos não circulantes</i>			
Passivo de arrendamento		31	64
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	9.515	22.202
Tributos diferidos	9	10.980	10.945
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	11	4.354	1.339
Outras contas a pagar	7	3.096	2.800
Total dos passivos não circulantes		27.976	37.350
Total dos passivos		52.225	60.390
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		191.052	191.052
Reserva de lucros		82.843	75.289
Total do patrimônio líquido	13	273.895	266.341
Total dos passivos e do patrimônio líquido		326.120	326.731

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		14.121	16.866
Remuneração do ativo contrato de concessão		18.966	19.928
Receita operacional líquida	17	33.087	36.794
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(5.794)	(5.081)
Material		(4.158)	(8.448)
Serviços de terceiros		(4.140)	(3.334)
Depreciação e amortização		(169)	(514)
Outros custos operacionais		(434)	(263)
	18	(14.695)	(17.640)
Lucro Bruto		18.392	19.154
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(1.110)	(941)
Serviços de terceiros		(439)	(701)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras despesas operacionais		(1.735)	(1.127)
	18	(3.285)	(2.770)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições		15.107	16.384
Receitas financeiras		1.113	919
Despesas financeiras		(2.238)	(3.688)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(1.125)	(2.769)
Lucro antes dos impostos e contribuições		13.982	13.615
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.463)	(92)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.686	26.946
Imposto de renda e contribuição social	12	11.223	26.854
Lucro líquido do exercício		25.205	40.469
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	16	0,13193	0,21182
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	16	0,13193	0,21182

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	25.205	40.469
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	25.205	40.469

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Incentivo fiscal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		191.052	9.103	17.032	15.525	12.270	-	-	244.982
Transferência entre reservas de lucros		-	-	-	(15.525)	15.525	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	40.469	40.469
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal		-	2.023	-	-	-	-	(2.023)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	225	-	-	-	(225)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	19.111	-	(19.111)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(19.110)	(19.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15	191.052	11.126	17.257	-	46.906	-	-	266.341
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(5.692)	-	-	(5.692)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	25.205	25.205
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal		-	1.260	-	-	-	-	(1.260)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	27	-	-	-	(27)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	11.959	-	(11.959)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(11.959)	(11.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15	191.052	12.386	17.284	-	53.173	-	-	273.895

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		25.205	40.469
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		3	1
Depreciação do direito de uso		167	514
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	11	1.745	871
Juros sobre passivo de arrendamento		13	35
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	1.463	92
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(12.686)	(26.946)
Tributos diferidos	17	34	(17.107)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(18.966)	(19.928)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(12.999)	1.766
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(55)	26
Despesa de atualização monetária de contingências	11	2.286	29
(Reversão) provisão de parcela variável	5	(30)	75
		<u>(13.820)</u>	<u>(20.103)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		31.499	27.713
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(231)	(372)
Redução (aumento) no saldo de outros créditos		606	(222)
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		739	(147)
Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares		144	(189)
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(1.147)	968
		<u>31.610</u>	<u>27.751</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		17.790	7.648
Imposto de renda e contribuição social pagos		(860)	(657)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.930	6.991
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado e intangível		(31)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(31)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamento		(218)	(549)
Pagamento de dividendos	10	(16.692)	(2.147)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(16.910)	(2.696)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(11)	4.295
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	8.672	4.377
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	8.661	8.672
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(11)	4.295

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado relativo às linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, ambas de 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Jubá, de 300 MVA, e SE Brasnorte, de 100 MVA, ambas de 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas a estas, bem como às demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 17 de março de 2008, a Companhia assinou com a ANEEL o contrato de concessão nº 003/2008 para exploração das linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, pelo prazo de 30 anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009. Em 04 de fevereiro de 2015, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS emitiu o Termo de Liberação Definitivo.

A Brasnorte é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2024.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

A partir do ano calendário de 2023, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL. O impacto desta mudança no imposto de renda e contribuição social diferidos foi de R\$31.228. Não há impacto significativo no cálculo do PIS e COFINS, tendo em vista que, a maioria das receitas da Companhia se mantiveram no regime cumulativo, uma vez que o contrato de concessão foi assinado em data anterior a Lei nº 10.833 de 2003.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

f) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplica o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo "direito de uso".

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 6,17% e 9,18% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e receita de atualização monetária de depósitos judiciais.

**brasnorte**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem juros sobre arrendamentos financeiros, atualização de provisões, juros sobre operações diversas e outros.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.


brasnorte

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, na destinação do resultado do exercício.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2022 o imposto de renda e a contribuição social do exercício eram calculados com base no regime de lucro real.

No exercício de 2023 o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos passaram a ser calculados com base no lucro presumido, (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade	As entidades devem divulgar informações materiais da política contábil.
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

As normas listadas na tabela acima não impactaram essa Demonstração Financeira.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Divulgação de operações de forfait (risco sacado, confirming ou securitização de contas a pagar); as alterações visam atender melhor às necessidades dos investidores, aumentando a transparência das operações e seus impactos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	

A Companhia não espera que as adoções das normas listadas acima resultem em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	128	121
Aplicações financeiras	8.533	8.551
	8.661	8.672

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2023	31/12/2022
CDB	101,60% do CDI	101,68% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	5.198	6.677
Parcela variável (i)	(61)	(91)
	5.137	6.586
Circulante	4.554	6.156
Não circulante (ii)	583	430

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2023 e 2022, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2023	31/12/2022
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.190	424	372	777	435	5.198	6.677

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Movimentação da parcela variável	31/12/2022	Adição ¹	Reversão	31/12/2023
	(91)	(2.692)	2.722	(61)

¹Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

• Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 05/10/2021 (i)		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
35.611	(749)	34.862	34.262	(1.014)	33.248	30.788	321	31.109

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. ATIVO DE CONTRATO

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linha de transmissão	31/12/2022	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2023
Jubá/Jauru e Brasnorte/Nova Mutum	306.992	18.966	12.999	(30.018)	308.939
Circulante	28.492				29.719
Não circulante	278.500				279.220

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linha de transmissão	31/12/2021	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2022
Jubá/Jauru e Brasnorte/Nova Mutum	318.493	19.928	(1.766)	(29.663)	306.992
Circulante	27.921				28.492
Não circulante	290.572				278.500

7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Folha de pagamento	893	826
Compensação Ambiental	310	310
Partes relacionadas ¹	207	267
Outros	115	120
Passivo Não Circulante		
Rateio de Antecipação	3.096	2.800
	4.621	4.323

¹Vide parte relacionada Nº 11.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Imposto de Renda a compensar	1.347	1.780
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	303	282
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	2	-
Outros	119	119
	1.771	2.181
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	93	-
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	118	294
INSS, FGTS, ISS e ICMS	45	210
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	269	58
Outros	-	-
Passivo circulante	525	562

A administração da Companhia optou pela transição do regime de tributação de lucro real para lucro presumido em 2023 para fins de redução da carga tributária.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo ¹	9.515	22.202

¹Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

A administração da Companhia optou pela transição do regime de tributação de lucro real para lucro presumido em 2023 para fins de redução da carga tributária.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo ¹	10.980	10.945

¹Valores referentes à aplicação do CPC 47.

11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações com empresas ligadas					
1	OCR x Taxa de conservação de CCI – EBTE	R\$ 17 Valor mensal	30/11/2010 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual.	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") – CEMIG	Os valores são definidos pelo ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com empresas ligadas					
1	Reembolso de custo de CCI – EBTE	24	24	290	274
2	Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") - CEMIG	-	154	1.541	1.840
		24	178	1.831	2.114

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações com controladora e empresas ligada					
1	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - TAESA	N/A	N/A	N/A	Não houve.
2	OCP x Despesas operacionais - Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Custos Operacionais - Contrato de operação e manutenção (O&M) - Taesa	R\$ 95 Valor mensal	19/10/2021 a 19/10/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m./atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescendido, a critério da contratante, mediante notificação de rescisão à contratada com antecedência de 30 dias.
4	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	29/07/2021 - término indeterminado	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. A partir de 1º de abril de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). Não há atualização monetária.	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 512, de 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em: 02/08/2021 Edição: 144 Seção: 1 Página: 27

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custo e Despesa	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora e empresa ligada					
1	Reembolso de despesa - TAESA	2	13	-	-
2	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	205	153	2.419	2.115
3	O&M - Taesa	-	101	1.217	1.217
4	Previdência privada Forluz - Custo	-	-	39	29
		207	267	3.675	3.361

II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2022	Adição	Pagamento	31/12/2023
Dividendos a pagar à Taesa	19.110	17.652	(16.692)	20.070

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Montante
Dividendos Intermediários	2022	17/02/2023	AGE	15/03/2023	5.692
					5.692
Dividendos mínimos obrigatórios	2022	28/04/2023	AGO	15/12/2023	6.000
Dividendos mínimos obrigatórios	2022	28/04/2023	AGO	28/08/2023	5.000
					11.000

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

12. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos trabalhistas, tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$396. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado era de R\$1.357.

	31/12/2022	Adições	Atualização	Baixas	31/12/2023
Cíveis	1.339	1.745	2.287	(1.017)	4.354

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$9.552, sendo R\$1.482 a contingências trabalhistas e R\$8.070 a contingências tributárias (R\$12.639 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

(i) Créditos tributários cobrados por meio do Aviso de Cobrança da Conta-Corrente Fiscal, lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, em razão de suposto: (a) não recolhimento do imposto devido na forma da Resolução nº 007/08; (b) não recolhimento do ICMS garantido integral; (c) não recolhimento do ICMS devido em razão do diferencial de alíquota por operações interestaduais; (d) não recolhimento do ICMS substituição tributária transcrita; e (e) não recolhimento do Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS. A Companhia ajuizou ação anulatória de débito fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro 2023, o valor atualizado era de R\$3.767 (valor atualizado de R\$3.931 em 31 de dezembro 2022).

(ii) Cancelamento da autuação fiscal nº 936.079 em virtude de suposta: (a) declaração incorreta de informações econômico-fiscais apresentadas por meio de Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA; (b) emissão de documento fiscal com valores diferentes nas suas respectivas vias; (c) ausência de recolhimento/recolhimento a menor do ICMS - estimativa por operação devido na entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso provenientes de outras Unidades da Federação; (d) ausência de recolhimento/recolhimento a menor de ICMS - estimativa simplificada devido pela aplicação da carga média tributária apurada para o Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE em que a empresa se enquadra; e (e) ausência de recolhimento de ICMS devido por ocasião da entrada, no Estado do Mato Grosso, de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro 2023, o valor atualizado era de R\$4.156 (valor atualizado de R\$4.425 em 31 de dezembro 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Cancelamento da autuação fiscal objeto do processo administrativo número 9990829754400, em trâmite perante a Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, cujo Auto de Infração foi lavrado em virtude de suposto recolhimento irregular de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração, com vistas a declarar a cancelamento da cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro 2023, o valor atualizado era de R\$3 (valor atualizado de R\$2 em 31 de dezembro 2022).

13. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.463)	(92)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.686	26.946
	11.223	26.854

A administração da Companhia optou pela transição do regime de tributação de lucro real para lucro presumido em 2023 para fins de redução da carga tributária.

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

O efeito da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido foi de R\$ 31.228.

Conciliação da despesa de IRPJ e CSLL correntes - Lucro Presumido	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	35.866	35.866
Diferença entre regime de caixa e competência	(1.607)	(1.607)
	34.259	34.259
Percentual	8%	12%
	2.741	4.111
Demais receitas:		
Rendas de aplicação financeira	1.113	1.113
Outros	227	161
	1.340	1.274
Base de cálculo	4.081	5.385
Imposto de renda - 15%	(612)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(384)	-
Contribuição social - 9%	-	(492)
Exercícios Anteriores	25	-
Total de despesa	(971)	(492)
Total de IRPJ e CSLL		(1.463)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	13.615
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(4.629)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	225
Outros	30
Ajuste referente alteração de Regime Tributário	31.228
Imposto de renda e contribuição social - resultado	26.854
Alíquota efetiva	-197%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$191.052, representado por 191.052.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Esse incentivo, no montante de R\$ 27 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2022), foi concedido pela SUDAM na redução de imposto de renda, e é registrado contabilmente na rubrica de Reserva de Incentivo Fiscal. Sua destinação é submetida à aprovação da Assembleia de Acionistas, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente e (c) Reserva de lucros a realizar - Com base no artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, foi constituída pela parcela do lucro líquido advinda dos efeitos da aplicação da CPC 47 - Receita de clientes, seja pelas receitas atreladas às margens de construção ou à correção monetária pelos efeitos da inflação sobre os fluxos de recebimentos futuros, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão;

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia não estabelece um percentual de dividendos mínimos obrigatórios aos titulares de ações de qualquer espécie. Dessa forma, conforme o inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório será de 50% do lucro líquido, diminuída a importância destinada à reserva legal e ao incentivo fiscal.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário	31/12/2023	31/12/2022¹
Lucro líquido do exercício	25.205	40.469
- Reserva legal (5%)	(1.260)	(2.023)
- Reserva de incentivo fiscal	(27)	(225)
- Dividendos adicionais propostos	(11.959)	(19.110)
- Reserva de lucros a realizar	(11.959)	(19.111)

¹A AGO de 28 de abril de 2023 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022. A AGE de 22 de dezembro de 2023 repactuou o prazo do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2022.

15. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	DM - Valor em risco (*)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/23 a 19/09/24	20.000	-	-	1
Risco operacional	Fairfax	19/10/23 a 18/04/25	-	74.000	-	243
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze	19/09/23 a 18/09/24	60.000	-	-	1
Veículos	Tokyo Marine	06/03/24 a 05/03/25	-	-	100% Tabela FIPE	12

(*) Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo Enterprise Risk Management (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo	8.533	8.551
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	128	121
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5.137	6.586
	13.798	15.258
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.484	1.175
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	3.098	2.800
	4.582	3.975

16.4. Risco de mercado

16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2023	Cenário provável em 31/12/2024
CDI (a)	13,04%	9,00%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 15 de março de 2024 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2023	Efeito Provável no LAIR - 2024 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	8.533	(345)

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

16.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia nos custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	8.533	8.551	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	25.205	40.469
Quantidade de ações ordinárias (lote de mil)	191.052	191.052
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,13193	0,21182

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração do ativo de contrato de concessão	18.966	19.928
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	12.999	(1.766)
Operação e manutenção	3.203	3.205
Parcela variável (a)	(2.717)	(161)
Outras receitas	3.415	3.174
Receita operacional bruta	35.866	24.380
PIS e COFINS correntes	(1.265)	(3.402)
PIS e COFINS diferidos (b)	(34)	17.107
Encargos setoriais (c)	(1.480)	(1.291)
Deduções da receita	(2.779)	12.414
Receita operacional líquida	33.087	36.794

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) A variação se deve a opção da administração pela mudança do regime tributário que acarretou a redução da alíquota de PIS e COFINS sobre o diferimento do ativo de contrato. (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	35.866	24.380
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(1.607)	3.149
Receita operacional bruta tributável	34.259	27.529

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
- Remuneração direta	(4.593)	(3.943)
- Benefícios	(1.259)	(1.155)
- FGTS e INSS	(1.052)	(924)
Pessoal	(6.904)	(6.022)
- O&M	(3.565)	(8.281)
- Outros	(593)	(167)
Materiais	(4.158)	(8.448)
- Serviços de terceiros	(4.579)	(4.035)
- Depreciação e amortização	(170)	(515)
- Outros custos e despesas operacionais	(2.169)	(1.390)
Total custos e despesas	(17.980)	(20.410)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Custos com materiais: Custos de aquisição de materiais e outros custos utilizados na manutenção das linhas de transmissão.

Custos e despesas com serviços de terceiros: Custos com operação e manutenção, Limpeza de faixa de servidão, compartilhamento de instalações, viagens, despesas com contrato de compartilhamento de infraestrutura e RH, transporte de bens e equipamentos, vigilância e conservação, auditoria e consultorias.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com indenizações, seguros, aluguéis, impostos e taxas.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Renda de aplicação financeira	1.058	945
Atualização monetária de depósitos judiciais	55	(26)
Receitas financeiras	1.113	919
Juros de arrendamento	(13)	(35)
Atualização monetária de contingências	(2.286)	(29)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	61	(3.624)
Despesas Financeiras	(2.238)	(3.688)
	(1.125)	(2.769)

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, 61,11% (45% em 31 de dezembro de 2022) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – O empreendimento estão regulares com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado.

Trecho	Licença ambiental			
	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento	Órgão emissor
Jubá/Jauru	325303/2021	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT
Brasnorte/Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Compensação ambiental - Em 31 de dezembro de 2023, não existiam projetos de compensação ambiental em andamento com relação ao órgão licenciador - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA/MT. Em relação à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, existe uma obrigação de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$390, valor previsto para ser investido em 2024. Não há saldos a pagar registrados no balanço patrimonial.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração na diretoria - Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. André Augusto Telles Moreira apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. Os cargos permanecerão vagos enquanto é realizado o processo de sucessão.

Diretoria	
Nomes	Cargo
Vago	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Marcelo Meira Trunquim Fernandez
Contador CRC RJ-087299/O-7
CPF nº 009.111.247-80